



1729 - Trabalho Completo - XII ANPEd-SUL (2018)  
Eixo Temático 04 - Estado e Política Educacional

**QUANTO MAIS SE OLHA, MAIS SE QUER PESQUISAR: UM MAPEAMENTO DOS DADOS DE MATRÍCULAS DOS CURSOS TÉCNICOS NA MODALIDADE A DISTÂNCIA NO RS.**

Ana Carina Tavares - UNISINOS/PPGE - UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS  
Rosângela Fritsch - UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos

**QUANTO MAIS SE OLHA, MAIS SE QUER PESQUISAR: UM MAPEAMENTO DOS DADOS DE MATRÍCULAS DOS CURSOS TÉCNICOS NA MODALIDADE A DISTÂNCIA no rs.**

Resumo:

Este artigo apresenta um mapeamento dos dados de matrícula dos cursos técnicos na modalidade a Distância em instituições escolares do RS com o objetivo de compreender a representatividade e impacto da oferta e matrícula dos cursos técnicos a distância no Estado. A partir de dados quantitativos, realiza-se uma análise qualitativa. Como resultados percebe-se que os cursos ofertados nesta modalidade e formato de ensino tem constituído um novo mercado educacional, centralizando a sua oferta nos grandes centros urbanos, majoritariamente em instituições privadas, com cursos voltados para a área de gestão e negócios, que representam um menor custo para as instituições escolares.

PALAVRAS-CHAVES: Ensino técnico, educação a distância, matrículas, mercado educacional.

**QUANTO MAIS SE OLHA, MAIS SE QUER PESQUISAR: UM MAPEAMENTO DOS DADOS DE MATRÍCULAS DOS CURSOS TÉCNICOS NA MODALIDADE A DISTÂNCIA NO RS**

Resumo:

Este artigo apresenta um mapeamento dos dados de matrícula dos cursos técnicos na modalidade a Distância em instituições escolares do RS com o objetivo de compreender a representatividade e impacto da oferta e matrícula dos cursos técnicos a distância no Estado. A partir de dados quantitativos, realiza-se uma análise qualitativa. Como resultados percebe-se que os cursos ofertados nesta modalidade e formato de ensino tem constituído um novo mercado educacional, centralizando a sua oferta nos grandes centros urbanos, majoritariamente em instituições privadas, com cursos voltados para a área de gestão e negócios, que representam um menor custo para as instituições escolares.

PALAVRAS-CHAVES: Ensino técnico, educação a distância, matrículas, mercado educacional.

**Introdução**

As mudanças e tensões nos contextos econômico, social e político da atualidade trazem instabilidades e incertezas em todas as esferas da vida em sociedade, afetando diretamente os sistemas de ensino. O foco deste artigo é pautar as discussões sobre a educação profissional técnica de nível médio à distância, onde há uma linha tênue entre a formação para o mercado e a formação integral do sujeito. Muitos discursos que circulam nas mídias pautam o debate, entretanto, o que se percebe é que não avançam na construção de uma proposta política consistente basilar e estruturante para esta modalidade de ensino. O objetivo deste artigo é compreender a representatividade e o impacto da oferta e matrícula dos cursos técnicos a distância no Estado do Rio Grande do Sul.

Nos últimos anos nota-se um expressivo aumento de programas e projetos para a inserção de jovens no mercado de trabalho, com objetivos pontuais, sem uma concepção política sólida, como por exemplo o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Este programa, regulamentado na [Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011](#), tem por objetivo “expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos técnicos e profissionais de nível médio, e de cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores”, (BRASIL, art. 1, 2011) que desencadeia outras iniciativas para cumprir com seus objetivos, como por exemplo, o Programa Brasil Profissionalizado, a Expansão da Rede Federal de Educação Profissional Tecnológica, o sistema Rede E-tec Brasil, o Acordo de Gratuidade com os Serviços Nacionais de Aprendizagem e a Bolsa-Formação.

Presume-se que estas iniciativas tenham continuidade. Um dos indicativos de é a proposta do Novo Ensino Médio, na qual a escolha pelo ensino técnico volta a ser uma das opções para conclusão deste nível de ensino. Estes exemplos direcionam para um crescimento desta modalidade de ensino e evidenciam uma preocupação que impulsiona o mapeamento dos dados de matrículas.

Conforme dados do Censo Escolar da Educação Básica Brasileira (CEEBB), no ano de 2015 havia 1.916.112 matrículas, destas 1.044.425, na rede pública e 871.687 na rede privada. Em 2016, havia 1.858.531 alunos matriculados na educação profissional no Brasil, desta totalidade, 1.097.000 de alunos matriculados na rede pública e 761.531, na rede privada de ensino. Os números demonstram que as matrículas na educação profissional têm se mantido, tendo pequenos declínios, oscilando entre as esferas administrativas. A meta de matrículas para a educação profissional, conforme o Plano Nacional de Educação (PNE) é alcançar o número de 5.224.584 de matrículas até 2024. Para que possa atingir esta meta é possível que, nos próximos anos, surjam novos programas de incentivo à educação profissional.

Além disto, desde a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/1996, que legaliza a educação a distância em todos os níveis e modalidade de ensino, ficou permitida educação profissional técnica de nível médio a distância. Nos últimos anos esta modalidade, neste formato, começou a ser vista como promissora. O primeiro ato legal desta modalidade no Estado do Rio Grande do Sul foi a Resolução CEED/RS nº 293, de 22 de agosto de 2007, porém, somente em 2015, os dados de matrícula passaram a ser informados no CEEBB. É nesta modalidade e formato de ensino que nos detemos para realizar um mapeamento das matrículas na educação técnica de nível médio.

A partir da introdução que apresenta o objetivo e uma contextualização da Educação profissional no Brasil, este texto está organizado em quatro momentos distintos: inicialmente, a metodologia; logo, a discussão teórica que fundamenta os diálogos e as análises dos dados; após, apresentamos e analisamos os dados das matrículas do CEEBB.

## 1.1 Aspectos metodológicos

Apresentamos o cenário atual da educação técnica de nível médio a distância, considerando quem oferta tais cursos e onde estão concentradas as matrículas, identificando, dessa forma, a representatividade e impacto desta modalidade no contexto do sistema de ensino. Os dados analisados são do Estado do Rio Grande do Sul com aprofundamento na região do Vale do Rio dos Sinos, Paranhana e da cidade de Porto Alegre.

O mapeamento realizado apresenta os dados da oferta de cursos na modalidade a distância. A metodologia tem uma abordagem qualitativa, a partir do mapeamento e análise dos dados de matrícula. Para Menga Lüdke e Marli André, para a realização de uma pesquisa qualitativa é preciso, [...] promover o confronto entre os dados, as evidências, as informações coletadas sobre determinado assunto e o conhecimento acumulado a respeito dele. Em geral, isso se faz a partir do estudo de um problema, que ao mesmo tempo desperta o interesse do pesquisador e limita a sua atividade de pesquisa a uma determinada porção do saber, a qual ele se compromete a construir naquele momento. (LÜDKE & ANDRÉ, 1986, pgs. 1,2)

Movidas pelo interesse na pesquisa, e utilizando-se de dados quantitativos, foi possível gerar uma análise do contexto da oferta desta modalidade. Para realizar a contextualização dos dados a nível nacional, a consulta foi realizada no *site* do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), foram coletados dados do Censo Escolar de 2015 e 2016, com consulta em janeiro e agosto de 2017.

Para a análise das matrículas do estado do RS e da região definida para esta coleta, os dados utilizados foram do Censo Escolar de 2015 e 2016 fornecidos pelo Conselho Estadual de Educação, fornecido pelo setor de Estatística da Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul.

## 1.2 Discussão teórica

Para a discussão teórica deste artigo é importante situar dois pontos relevantes de discussão: o primeiro, que estabelece as contradições na educação técnica de nível médio, que historicamente traz a segregação nesta modalidade de ensino e, o segundo, que trata das influências das transformações econômicas que afetam diretamente o sistema de ensino, proporcionando a formação de um novo mercado. Estes dois pontos se cruzam, pois há a percepção que ao falar de uma modalidade de ensino imersa numa dualidade estrutural, os aspectos de interesse de mercado, seja pela formação dos sujeitos ou pela possibilidade de novo negócio, se sobressaem e conduzem as escolhas.

As discussões sobre a educação profissional carregam a herança da dualidade estrutural desde os primórdios desta modalidade no ensino brasileiro. A dualidade estrutural é uma categoria que explica a escola a partir de suas finalidades. Kuenzer (2007, p.1155) explica que "ela se expressou por meio da oferta de escolas que se diferenciavam segundo a classe econômica social que se propunham a formar: trabalhadores ou burgueses". A educação técnica de nível médio sempre manteve a intenção da preparação da mão de obra para a industrialização do país. Para Kuenzer (2007, p. 27), a formação de trabalhadores e cidadãos no Brasil, constituiu-se historicamente a partir da categoria dualidade estrutural, uma vez que havia uma nítida demarcação da trajetória educacional dos que iriam desempenhar funções intelectuais instrumentais, em uma sociedade cujo desenvolvimento das forças produtivas delimitava claramente a divisão entre capital e trabalho traduzida no taylorismo/fordismo como ruptura entre as atividades de planejamento e supervisão de um lado, e de execução por outro.

Nessa perspectiva também se coloca Canali (2009, p.19) ao afirmar que "superar essa dualidade estrutural histórica existente entre ensino médio propedêutico e educação profissional de nível médio representa um grande desafio para transformar essa realidade, caracterizada como problema político e não pedagógico", sendo necessária a democratização do ensino com propósitos claramente definidos e com investimento público; assim, não é suficiente apenas o estabelecimento de decretos, mas transformar a realidade social.

Para Kuenzer e Gabrowski (2016) há uma dualidade negada, uma vez que, a distinção entre as modalidades propedêutica e profissional restaria superada pela oferta de educação geral para todos, assegurada mesmo nos cursos profissionalizantes, como determina a nova LDB. A formação profissional dar-se-á a partir da formação geral, que deverá ter caráter mais abrangente do que especializado, a ser complementada ao longo das práticas laborais. Como a proposta é substituir a estabilidade pela dinamicidade, à educação cabe desenvolver competências que permitam aprender ao longo da vida, uma das categorias chave na pedagogia da acumulação flexível. (GABROWSKI; KUENZER, 2016, p.25)

Entretanto, no momento em que se ampliam as possibilidades de expansão do ensino a classe trabalhadora, percebe-se a expansão de formações rápidas, de caráter certificatória, diferente da educação oferecida às classes economicamente bem sucedidas, ditas como elites, em escolas privadas que reforçam a distinção e a definição da classe dominante sobre a classe trabalhadora.

Outros discursos neoliberais fortalecem esta concepção a partir da década de 90, quando o Brasil passa a adentrar as regras de mercado global, com a promoção do estado mínimo, como alguns exemplos: em que há oferta de empregos, mas que faltam profissionais com perfis adequados; e que a educação pública é precária a educação privada oferece uma melhor qualidade de ensino. A partir destes discursos, começam a ser estabelecidos acordos e parcerias entre o ensino público e o privado. Ao observar as ações do governo para a educação técnica de nível médio, que sempre contemplam propostas e iniciativas que unem duas esferas: a administrativa e o Sistema Nacional de Aprendizagem. No momento em que se promovem estas parcerias, a partir de ações de expansão de matrícula, são geradas suposições sobre as verdadeiras intenções do Estado. Para Ball (2001, p. 108), "o mercado educacional tanto dessocializa, quanto ressocializa cria novas identidades e destrói a sociabilidade, encorajando o individualismo competitivo e o instrumentalismo".

O ensino técnico na modalidade a distância está inserido neste cenário, porém sem significativos debates quanto sua base legal e conceitual. Não se pode afirmar que o ensino técnico a distância gera um novo mercado educacional, mas a análise dos dados de oferta e matrícula pode indicar pistas sobre esta tendência nesta modalidade de ensino. Afonso (2000, p.143) aponta para a "tendência de quase mercados, onde a relação entre público e privado se aprofunda e promove uma nova forma de negócios." Quase-mercados são mercados porque substituem o "monopólio dos fornecedores do Estado por uma diversidade de fornecedores independentes e competitivos; são quase porque diferem dos mercados convencionais em aspectos importantes (AFONSO, 2000, p.143)". Nesta perspectiva o próprio mercado que cria a demanda de formação, ditando o discurso da necessidade de perfis profissionais adequados às novas exigências do mundo moderno, e se dispõe a, ele mesmo, formar e preparar o indivíduo.

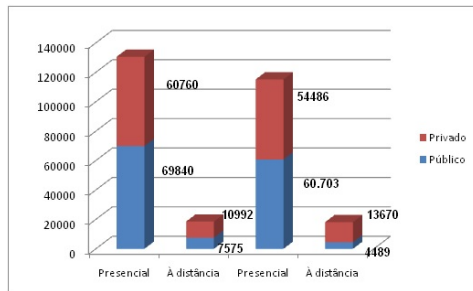
Neste contexto conturbado, em que se cruzam os dois pontos trazidos no início da discussão, o da história da educação técnica de nível médio e o do mercado educacional que vivenciamos, é que o ensino técnico na modalidade a distância está inserido, por isso, não há como dissociar estes aspectos na leitura e interpretação dos dados de matrículas, com um olhar apurado sobre o que acontece por trás daquilo que os números apontam.

## 1.3 Efetivamente, quem está cursando? Os dados das matrículas dos cursos técnicos na modalidade a distância.

No ano de 2016, no Estado do RS, havia 115.189 alunos matriculados na educação profissional técnica de nível médio, sendo destes, 18.159 alunos matriculados na modalidade a distância. Entre as matrículas realizadas, 12.537 estão concentradas nas regiões selecionadas

neste estudo. Além destes dados, é importante considerar informações gerais de matrícula, tanto por ensino público quanto privado, além de um comparativo em relação aos dados de 2016. No Gráfico 1, apresento os dados gerais de matrículas no RS, com as informações de ensino presencial e a distância, comparando os anos de 2015 e 2016.

Gráfico 1 - Comparativo de matrículas da educação técnica de nível médio de ensino público e privado no RS nos anos 2015 e 2016.



Fonte: Dados CEED/RS, gráfico elaborado pelas autoras, 2017.

Conforme os números revelam, a educação pública e a privada se aproximam no quantitativo de matrículas de alunos no ensino presencial, porém, ao considerar os cursos na modalidade a distância, há uma prevalência da rede privada. Em comparação ao ano letivo de 2015, a rede privada expandiu suas matrículas no ensino a distância, aumentando o número de alunos em 2678 matrículas, ou seja, um aumento de 20%. Já as instituições públicas tiveram uma redução de 3086 matrículas, sendo 40,7% do total de matriculados do ano de 2015. Neste mesmo ano, houve um pequeno declínio de número de alunos matriculados na educação a distância: 18567 e no ano de 2016: 18159 matrículas, pouco representativo comparado ao total de alunos. Ao comparar os dados da educação presencial, pode-se deduzir que a educação privada tem dedicado esforços para o aumento de cursos na modalidade a distância, enquanto a educação pública mantém seu foco no ensino presencial. Considerando os dados de matrículas do Estado do RS, analisamos os dados sobre a região abrangente neste estudo. Para tanto, apresento, no Quadro 1, os dados das matrículas no Vale do Sinos, Paranhana e Porto Alegre, em 2016.

Quadro 1- Demonstrativo de matrículas na educação técnica de nível médio no RS.

MATRÍCULAS	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO PRESENCIAL		EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO A DISTÂNCIA	
	TOTAL RS	TOTAL REGIÃO	TOTAL RS	TOTAL REGIÃO
Ensino Público	60.703	22.076	4.489	272
Ensino Privado	54.486	33.877	13.670	11.993
<b>TOTAIS</b>	<b>115.189</b>	<b>55.953</b>	<b>18.159</b>	<b>12.265</b>

Fonte: Dados CEED/RS, quadro elaborado pelas autoras, 2017.

No Quadro 1 constam os dados de matrículas da educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância, separados por instituições públicas e privadas. Na educação a distância, as matrículas no ensino privado no RS representam 69% (13.670) do total dos alunos matriculados (18.159). Na região desta pesquisa o ensino privado (11.993) representa 98,5% das matrículas na modalidade a distância (12.265). Com a exposição destes dados percebe-se que a modalidade a distância está concentrada na região metropolitana do Estado. Já o ensino a distância, na educação pública, tem maior número de matrículas em regiões distantes da capital. A cidade de Pelotas é a que tem o maior número de matrículas, totalizando 1604 alunos, seguido pela cidade de Jaguarí, com 294 matrículas. A partir destes dados, apresento as informações de matrículas por cidade, que contemplam as regiões deste estudo.

Quadro 2- Demonstrativo de matrículas na educação técnica de nível médio a distância- por cidade na região do Vale do Sinos, Paranhana e cidade de Porto Alegre no ano de 2016.

CIDADE	PÚBLICO	PRIVADO
Porto Alegre	9	10164
Sapiranga	223	-
Sapucaia do Sul	40	-
Novo Hamburgo	-	840
São Leopoldo	-	1
Canoas	-	988
<b>Total</b>	<b>272</b>	<b>11.993</b>

Fonte: Dados CEED/RS, quadro elaborado pelas autoras, 2017.

No Quadro 2 as informações estão dispostas por organização administrativa e separadas por cidade. Nota-se que a grande concentração de matrículas está na capital do Estado. As cidades que não constam no quadro, não têm alunos matriculados. As informações dos Quadros 01 e 02 demonstram que a procura pelo ensino a distância está nas grandes cidades e centros urbanos.

Durante o levantamento de dados das ofertas dos cursos, chama a atenção a expansão da oferta de cursos em algumas instituições e redes de ensino. Para verificar se a oferta condiz com as matrículas, apresento, a seguir, os dados de matrículas, classificados por instituição escolar e cidade, nos anos de 2015 e 2016.

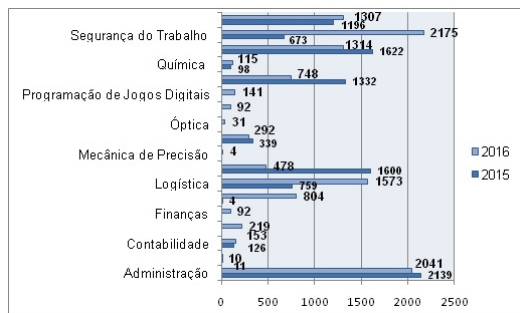
Quadro 3- Comparativo de matrícula por instituição e cidade dos anos de 2015 e 2016, no Vale do Rio do Sinos, Paranhana e Porto Alegre.

PÚBLICAS	INSTITUIÇÃO	CIDADE	MATRICULAS 2015	MATRICULAS 2016
	IFRS	Porto Alegre	354	9
IFSUL	Sapiranga	223	223	
	Sapucaia	62	40	
	<b>TOTAL</b>		<b>659</b>	<b>263</b>
PRIVADAS	CETERG	Porto Alegre	19	29
	Cristo Redentor	Porto Alegre	24	20
	Escolas	Porto Alegre	306	73
	QI/Faculdades QI	Canoas	715	988
		Novo Hamburgo	120	352
		São Leopoldo	0	1
		<b>TOTAL</b>	<b>1141</b>	<b>1414</b>
	IBREP	Porto Alegre	41	38
	Fundatec	Porto Alegre	57	67
	Unitec	Porto Alegre	65	95
	SEG- Cecília Meireles	Porto Alegre		31
	Escola de Educação Profissional-Faccentro	Porto Alegre	521	246
Escola Técnica Faccentro NH	Novo Hamburgo	388	488	
SISTEMAS	Senac	EAD- Todas unidades	7686	9538

Fonte: Dados CEED/RS, quadro elaborado pelas autoras, 2017.

Os dados demonstram que a concentração de matrículas está na esfera privada, comprovando as impressões geradas a partir dos dados de oferta de matrículas. O Senac detém as matrículas, no ano de 2015 com 69,9% e, em 2016, com 79,5% das matrículas da rede privada. As Escolas QI aparecem na sequência, com 10,3% das matrículas em 2015, e 11,52% das matrículas em 2016. Importante destacar que ambas tiveram crescimento de um ano para o outro. No Gráfico 2 apresentamos os dados de matrículas por curso nas instituições privadas.

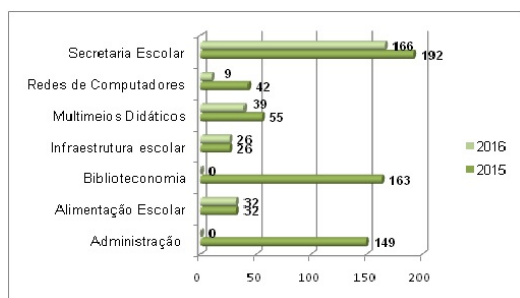
Gráfico 2- Matrículas por curso de ensino técnico adistância em instituições privadas no ano de 2015 e 2016 na região do Vale do Sinos, Paranhana e cidade de Porto Alegre.



Fonte: Dados CEED/RS, gráfico elaborado pelas autoras, 2017.

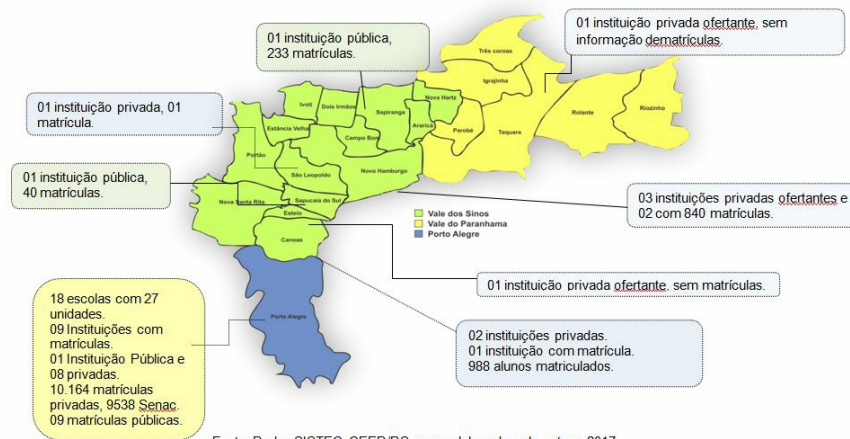
Nas instituições privadas os cursos do eixo de Gestão e Negócios têm o maior número de alunos matriculados na região. No ano de 2015, o curso com maior índice de matrículas foi o de Administração, com 2139, e, em 2016, com 2041. Em 2016, o curso de Segurança do Trabalho, do eixo tecnológico de Segurança, teve um avanço considerável nas matrículas, saltando de 673 em 2015, para 2175 matrículas em 2016, sendo, portanto, o curso com maior índice de matrículas nesse ano, seguido por Administração e Logística. Nas instituições públicas os dados são diferentes, tanto por oferta, quanto por matrículas. No Gráfico 3 apresentamos as informações de matrícula por curso nas instituições públicas.

Gráfico 3- Matrículas por curso de ensino técnico adistância em instituições públicas no ano de 2015 e 2016 na região do Vale do Sinos, Paranhana e cidade de Porto Alegre.



Fonte: Dados CEED/RS, gráfico elaborado pelas autoras, 2017.

Conforme o Gráfico 3, o curso com maior número de matrículas na esfera pública, nos anos de 2015 e 2016, foi o curso de Secretaria Escolar. Em 2015 os cursos de Administração e Biblioteconomia destacavam-se pelo quantitativo de matrículas, porém, em 2016, não tiveram mais alunos matriculados. Na sequência destacam-se os cursos de Multimeios Didáticos, Alimentação Escolar e Infraestrutura Escolar, mantendo-se semelhantes no quantitativo de alunos matriculados tanto em 2015 quanto em 2016. Na figura 1, apresentamos um mapa da região da pesquisa, onde identificamos as cidades e cursos oferecidos, como forma de sintetizar e representar as análises.



Fonte: Dados SISTEC, CEED/RS, mapa elaborado pela autora, 2017.

Fonte: Dados SISTEC, CEED/RS, mapa elaborado pelas autoras, 2017.

## 2. Das impressões e conclusões

A grande concentração de matrículas está na cidade de Porto Alegre, cabe destacar que os dados do CEEBB são fornecidos pelas instituições de ensino com base no mês de maio de cada ano, neste mapeamento contém as informações até maio de 2016.

Evidenciamos os dados da expansão das instituições privadas, e a ascensão de instituições que trabalham com unidades de ensino em município e cidades diferentes, quais, tomamos a liberdade de denominá-las de redes, pela forma em que se organizam e oferecem suas matrículas. Aparecem três instituições, mas a rede Senac tem o domínio com 9538 alunos. Na sequência as Escolas QI com 1414. Ao comparar com os dados de 2015, percebe-se um crescimento de 20%. A expansão das redes não é novidade no sistema de ensino, mesmo quando olhamos pequenos universos ela aparece de forma relevante. No ensino técnico na modalidade a distância, podemos refletir com Teodoro (2011, p.65), quando traz em pauta os monopólios afirmando que “a competição conduz, muitas vezes, à constituição de monopólios ou oligopólios, em que as empresas fortes absorvem ou destroem as mais fracas, permitindo-lhes depois, fixar livremente os preços”.

Na análise de dados, percebe-se que o Senac detém a oferta de ensino, sendo vinculado ao Sistema Nacional de Aprendizagem, que por sua autonomia legal, garante uma maior flexibilidade e possibilidade de expansão que as demais instituições privadas. Neste estudo não nos detemos na pesquisa de valores das mensalidades das instituições para saber se essa dominação afere os preços comparados às demais instituições, porém é explícita sua dominação do mercado.

O curso com maior número de alunos matriculados é o de Segurança do Trabalho, e o curso com maior oferta é de Administração. O curso de Segurança do Trabalho teve uma ascensão de 73% no número de matrículas, talvez um dos motivos foi a expansão da oferta pelas unidades do Senac. Outro indicativo importante para que estes cursos dominem a matrícula é a exigência de realizar 35% da carga horária de maneira presencial e o restante a distância. Nenhum curso técnico tem a permissão de ocorrer em sua totalidade (100%) na modalidade EAD, assim, a carga horária de 35% presencial é a mínima exigida. Esta permissão de carga horária reduzida oferece às instituições uma oportunidade de redução de custos, sobretudo referente à estrutura física e aos recursos humanos.

Um importante e contraditório achado dessa pesquisa foi o fato das matrículas serem concentradas nos grandes centros urbanos. As cidades com maior número de alunos matriculados são Porto Alegre, Canoas e Novo Hamburgo. Sabe-se, portanto, que um dos objetivos da EAD é promover o ensino às pessoas com dificuldade de acesso, quer seja por distância ou por condições financeiras; entretanto, os dados mostram outra realidade. Percebe-se, assim, que a oferta e a matrícula estão nas regiões mais populosas, condizendo às regras mercado x demanda x oferta x procura. De maneira divergente, percebe-se que as instituições públicas têm suas ofertas em regiões mais isoladas do Estado.

As instituições públicas oferecem cursos na modalidade a distância de forma mais tímida que as instituições privadas. Conforme os dados revelam, o perfil de oferta são cursos voltados para o desenvolvimento local e econômico. Em consulta ao site das redes federais IFSul e IFRS, nota-se que a rede federal de ensino integra a Rede E-tec e que esta prevê a oferta de educação profissional e tecnológica a distância, com o propósito de ampliar e democratizar o acesso a cursos técnicos de nível médio, públicos e gratuitos, em regime de colaboração entre União, Estados, Distrito Federal e municípios. Tomando como base estes dados, as informações quanto à oferta e matrícula dos cursos técnicos a distância nas redes públicas de ensino está vinculada às demandas locais, definidas pelos municípios ou Estado. Claro que muitas vezes estas demandas locais, podem ser movidas pelo interesse dos setores que detém o poder econômico destas regiões.

Quanto às instituições privadas, têm-se visto no ensino técnico a distância uma oportunidade de expansão e crescimento, pois se localizam nos grandes centros urbanos, trazendo modelos e formatos semelhantes ao ensino superior, através de polos e redes de ensino. Assim, a possibilidade de consolidação de um novo mercado educacional se apresenta. Apropriamos de Ball na análise destas informações:

Tudo isso não é inteiramente novo; capitais inquietos estão sempre buscando novas oportunidades de lucro, novas possibilidades para a mercantilização! Especialmente nos momentos em que outras arenas de lucro são menos atraentes. Aqui porém, há uma relação interativa entre a mudança da política, oportunidades de políticas criadas pelo Estado, para conhecimento e serviços, e soluções políticas (policy) que são vendidas pelo setor privado para o Estado, sob a forma de relatórios de consulta e recomendações para reforma do próprio Estado e do setor público, e essas reformas, uma vez implementadas (como no caso de mercantilização dos serviços), por sua vez criam novas oportunidades de lucro para organizações do setor privado. (BALL, entrevista ROSA, 183, 2012).

Não podemos afirmar que a oferta desta modalidade e forma de ensino tenha surgido respeitando esta ordem, mas ela tornou-se possível, e assim, havia um público a ser atingido e um novo espaço ser consolidado. Cabe saber se esta expansão, além de aumentar o número de alunos matriculados e criar um novo mercado educacional, tem garantido uma formação integral, humana e crítica de seus alunos, buscando, além de formá-los para o mercado, formá-los como sujeitos críticos e transformadores da sua realidade.

Como não há um sistema de avaliação destas instituições escolares, é necessário observar o fenômeno dessa modalidade, que tem surgido de forma tímida, mas que tem se consolidado nas ofertas de ensino. A intenção não é uma crítica contrária a esta oferta e modalidade de ensino, mas sim, uma preocupação com o fazer pedagógico e com o processo de formação destes alunos. Os dados sinalizam que está na hora de conhecer, falar e discutir sobre aquilo que pouco falamos, pouco discutimos e que passa despercebido diante de um sistema

complexo de ensino. A educação técnica já possui uma história de caminhos confusos, como uma modalidade de ensino que busca uma colocação no contexto do sistema educacional, como se ainda não soubesse o que se quer ou o que se espera. No momento em que se abre outro leque de oportunidades de ofertas, é importante investigar como estes cursos têm sido conduzidos em cada uma das instituições escolares envolvidas.

#### Referências

AFONSO, A. J. **Reforma do Estado e políticas educacionais: entre a crise do Estado-nação e a emergência da regulação supranacional**. Educação & Sociedade, nº 75, 2001.

BALL, Stephen J. **Diretrizes Políticas Globais e Relações Políticas Locais em Educação**. Currículo sem Fronteiras, v.1, n.2, pp.99-116, Jul/Dez 2001.

BALL, Stephen. **Educação global S.A. Novas redes políticas e o imaginário neoliberal**. Trad. de Janete Bridon. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em 13 de fevereiro de 2017.

BRASIL. **Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/12513.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/12513.htm)>. Acesso em 22 de fevereiro de 2017.

CANALI, Heloisa. **A Trajetória da Educação Profissional no Brasil e os desafios da construção de um ensino médio a Educação Profissional**. In: Trabalho e Educação Profissional: O papel da de Aplicação da UFPA como Certificado da Qualificação Profissional na Amazônia Paraense. Disponível em <<http://www.portal.fae.ufmg.br/simposinete/sites/default/files/CANALI, Heloisa.pdf>>., Acesso em 22 de fevereiro de 2017. 2010.

CELLARD, André. **A análise documental**. In: POUPART, Jean [et al]. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008, p. 295-315.

COSTA, Elisangela André da Silva; LIMA, Maria Socorro Lucena; LEITE, Maria Cleide da Silva Ribeiro **A construção da profissionalidade do gestor escolar: Concepções e práticas**. RBPAAE, v. 31, n1, p.65-84 jan/abril 2015.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Políticas e gestão da Educação Básica no Brasil: Limites e Perspectivas**. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 921-946, out. 2007.

GABROWSKI, Gabriel; KUENZER, Acácia. **A produção do conhecimento no campo da educação profissional no regime de acumulação flexível**. Revista HOLOS, Ano 32, Vol. 6, 2016.

KUENZER, Acácia. **Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente**. Educ. Soc., Campinas, vol.28, n. 100, out.2007.

LUDKE, Menga ; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

TEODORO, Antônio. **A educação em tempos de globalização neoliberal: os novos modos de regulação das políticas educacionais** Brasília: Liber Livro, 2011. 176 p.